



ISSN nº 2447-4266

Vol. 2, Especial 1, maio. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/ufp.2447-4266.2016v2especial1p79>

**Colonos maranhenses e
vida rural no interior do
Pará, décadas de 1970-80**

Northeastern settlers and rural
life in the State of Pará, decades
of 1970-80

Pobladores del Noreste y la vida
rural en el Estado de Pará,
décadas de 1970-80

**Francivaldo Alves Nunes¹
Bruno de Souza Silva^{2, 3}**

RESUMO

Este artigo tem a preocupação de analisar uma das experiências de colonização vivenciadas por colonos maranhenses que migraram para o Pará nas décadas de 1970 e 1980. Diante de um conjunto de depoimentos expressos por colonos que atuaram neste processo, buscamos entender o fenômeno da migração e colonização das terras do Pará, marcado pelo desafio de ocupar terras em que a floresta se constituía como paisagem predominante. É também um exercício de compreender as ações de homens e mulheres que no exercício de lidar com a terra e floresta constroem experiências de vida, estabelecem relações e asseguram a sobrevivência. Os deslocamentos, as ações de solidariedades e companheirismo, os conflitos entre

¹ Doutor em História Social (UFF), com estágio pós-doutoral na Universidade Nova de Lisboa. Mestre em História Social da Amazônia e Graduado em História. É professor na Universidade Federal do Pará atuando na Faculdade de História e Geoprocessamento (Campus de Ananindeua), nos programas de pós-graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém), Educação e Cultura (Campus de Cametá) e Ensino de História (Campus de Ananindeua). Coordenador da Regional Norte da Rede Propriedas. E-mail: fan@ufpa.br.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (Campus de Belém). E-mail: brunobss199@gmail.com.

³ Endereço de contato dos autores (por correio): Universidade Federal do Pará (UFPA). Faculdade de História e Geoprocessamento (Campus de Ananindeua)/Faculdade da Amazônia - FAAM, BR 316 Km 7, Ananindeua - Pará 316 Km 7, Ananindeua – Pará, Brasil.

os colonos e a busca por novas terras são questões também reveladas pelas experiências de migrantes maranhenses.

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Pará rural; trabalho.

ABSTRACT

This article is concerned with analysis of the settlement experiences of Maranhão by settlers who migrated to Para in the 1970s and 1980s. Faced with a set of statements expressed by settlers who acted in this process, we seek to understand the phenomenon of migration and colonization of the lands of Para, marked by the challenge of occupying land where the forest is constituted as the predominant landscape. It is also an exercise to understand the actions of men and women in the exercise to deal with land and forest build life experiences, establish relationships and ensure survival. Displacements, actions of solidarity and companionship, conflicts between the settlers and the search for new lands are also issues revealed by the experiences of Maranhão migrants.

KEYWORDS: Migration; Agrarian Pará; work.

RESUMEN

Este artículo es la preocupación con el análisis de las experiencias de solución de Maranhão de los colonos que emigraron en los años 1970 y 1980. Trasero a uno conjunto de declaraciones expreso por los colonos que actuaron en este proceso, buscamos entender el fenómeno de la migración y colonización de las tierras de Pará, marcado por el reto de ocupar la tierra donde el bosque está constituido por el paisaje predominante. Es también un ejercicio para comprender las acciones de los hombres y mujeres en el ejercicio para hacer frente a las experiencias de la vida de la tierra y el bosque de construcción, establecer relaciones y asegurar la supervivencia. Los desplazamientos, las acciones de solidaridad y compañerismo, los conflictos entre los colonos y la búsqueda de nuevas tierras son también problemas revelados por las experiencias de los migrantes Maranhão.

PALABRAS CLAVE: Migración; Pará rural; Trabajo.

Recebido em: 31.01.2016. Aceito em: 10.03.2016. Publicado em: 30.05.2016.

Introdução

Nas palavras do senhor Dugés Crispim de Sousa, migrante maranhense de 58 anos, o município de Tomé-Açu, ao Nordeste do Estado do Pará, correspondia a uma região marcada pela presença de terras férteis e ainda a ser ocupada. É neste espaço permeado pelo imaginário que se construía sobre a região, sob o ponto de vista de quem imigrava, como o senhor Dugés de Sousa, que os colonos nordestinos, principalmente maranhenses, atuam no processo de ocupar a terra e estabelecer experiências de vidas que em muito procuram recuperar as práticas de trabalho ainda apreendidas e desenvolvidas na região Nordeste do Brasil.

Aos que se aventuram pelo estudo dos eventos que envolvem colonização, como é o caso aqui, trata-se de entender este fenômeno marcado pelo desafio de ocupar terras em que a floresta se constituía como paisagem predominante, para o caso do Estado do Pará. É também um exercício de compreender as ações de homens e mulheres que no exercício de lidar com a terra constroem experiências de vida, estabelecem relações e asseguram a sobrevivência, em “um conjunto complexo ao mesmo tempo de receitas técnicas e de costumes” (BLOCH, 2001: 135). Considerando estes elementos, o foco de observação e análise será, portanto, o processo de colonização e ocupação da terra no município de Tomé-Açu e protagonizada por imigrantes maranhenses.

Para compreender estas questões delimitamos as décadas de 1970-80, pois constituem o período em que chegaram a Tomé-Açu os migrantes nordestinos em maior quantidade, principalmente maranhenses. Também por ser esse período que o governo direciona políticas de desenvolvimento para a região, materializadas em programas de incentivo ao cultivo de plantas e criação de animais.

O MARANHÃO: DIFICULDADES DE PERMANÊNCIA E RECEPÇÕES SOBRE O PARÁ

Por volta de 1959, o Maranhão apresentavam profundas dificuldades para que os agricultores pudessem permanecer em suas terras. O maranhense Bernardo Caldas Costa, de 76 anos, informa que nesse período tiveram muitos problemas nos plantios de mandioca que matinha em um terreno de seu irmão, no município de Santa Quitéria. Registra-se ainda, uma estrutura fundiária que beneficiava apenas os grandes latifundiários, destaca Benjamin Alvino de Mesquita (2011: 4), em estudo sobre as mudanças na estrutura produtiva do Maranhão. O autor justifica a diáspora ocorrida no Estado, como resultado da concentração da terra e da renda; a desarticulação da pequena produção de alimentos básicos e do extrativismo do babaçu; a ineficácia das políticas agrícolas – notadamente as voltadas para a agricultura familiar; a expectativa de emprego gerada pelo Programa Grande Carajás; a ausência de políticas públicas voltadas ao atendimento de demandas básicas – saúde/educação – para a área rural.

Muitos dos que moravam nas regiões dos municípios de Santa Quitéria, São Bernardo e cidades costeiras como Tutóia, que são sujeitos do processo migratório, informavam que seus municípios de origem ofereciam em seus recursos naturais algumas farturas em períodos distintos, como a época da pesca e safras de coco babaçu. O relato da senhora Francisca dos Reis Carneiro, agricultora aposentada, oitenta e um anos de idade, natural de Araíoses, município de Tutóia, Estado do Maranhão, hoje moradora da comunidade São José, em Tomé-Açu, desde 1971, é modelar neste aspecto. Informa que a época em que resolveu partir em direção ao Pará “tinha muito peixe lá no Maranhão, o problema era que nós [dependíamos] do tempo dos peixes, não era todo dia que tinha, nós não [tínhamos] terras, meu marido o Zé Carneiro (falecido há 13 anos), trabalhava derrubando palha de carnaúba, era triste”.

Nessa fala percebe-se que se tratava de uma região, que embora oferecesse um escasso lucro, havia atividade econômica que auxiliava no sustento da população local. O que não se observava na região eram terras cultiváveis em abundância, destaca a senhora Francisca Carneiro. As terras eram praticamente restritas aos latifundiários. Informa ainda que no município de Tutóia as que restavam, eram bancos de areia, impróprios para o cultivo.

As atividades que poderiam ser desempenhadas dependiam da oferta da natureza. Como registra a senhora Francisca Carneiro, o período da pesca, predominavam as construções de currais, utilizados na captura dos peixes. Após o aprisionamento nos currais mantinham conservados no sal, e assim servia de alimentos durante certo período. As palhas da carnaúba também representavam para alguns dos maranhenses, a exemplo da senhora Francisca Carneiro como fonte de renda, sendo as telhas, a coberta de casas, assim como jacás, ou “casuar”, como era chamada uma espécie de recipiente que eram usados em animais para transportar mercadorias. Essa árvore era muito útil, sendo recorrente na memória dos habitantes das terras do Maranhão que vieram ao Pará.

Outros maranhenses compartilham do discurso das dificuldades encontradas em suas terras de origem, explicitando que um dos motivos de partirem rumo a um novo espaço estava vinculado à esperança de melhorar as condições de vida. Sendo que um dos principais motivos de insatisfação era a não posse de um “pedaço de chão”, como disse o maranhense que é atual morador da vila de Forquilha há 46 anos, município de Tomé-Açu, o agricultor Dugés Crispim Souza.

Benjamim Mesquita (2011: 4) expõe que entre os anos de 1970 e 1985, incorpora-se ao processo produtivo via incentivos fiscais, as grandes empresas agropecuárias com objetivo de modernizar a agricultura do Maranhão. Sem sucesso, os recursos foram para pecuária, o que teria promovido a privatização de áreas devolutas e consequente concentração da terra e da renda.

A concentração de terra, portanto aparece como fenômeno que explica a migração de maranhense nesta época. Para Dugés Crispim Souza, a sua família era grande, composta por mais nove irmãos. Sendo assim, não tinha como sobreviver morando nos fundos de uma fazenda, sendo seu pai vaqueiro e lavrador. Não recorda ter passado fome, mas destaca que havia dificuldades, por mais que os donos da fazenda onde ele morava procurassem auxiliá-los, no sentido de permitir que se ocupassem no cultivo, em suas terras, de pequenos roçados de mandioca. Esta condição de vida revela uma fragilidade nas relações de trabalho em que o termo empregado nem caberia nesse contexto, pois não havia direito trabalhista assegurado, uma vez que trabalhavam por diárias, empreitas, em algumas situações trabalhava pelo lugar cedido para morar.

Os problemas vinculados à dificuldade e quase impossibilidade de acesso às terras durante a década de 1960, geravam os conflitos agrários nos municípios maranhenses como Tutóia, São Bernardo e Santa Quitéria. O agravamento dos conflitos em torno da terra se efetivava após a medida tomada pelo governo do Estado. Tratava-se do processo de constituição de um mercado de terras no Maranhão, à chamada Lei de Terras nº 2.979, de 17 de julho de 1969, criada por iniciativa do então governador do Estado, José Sarney. Esta lei determinava que as terras devolutas, existentes em grande porção do território estadual e ocupadas, na maioria, por camponeses e pequenos produtores rurais e extrativistas, passariam a ser vendidas, constituindo-se um mercado formal de terras, favorecendo a grandes e médios empreendimentos agropecuários (MESQUITA, 2011: 3).

A legislação criada no final da década de 1960, como registrado, agravava mais ainda a situação dos pequenos camponeses, que viviam de pequenas plantações e de atividades extrativistas. Neste caso, o leste maranhense passa a enfrentar, nas palavras de Dugés Crispim de Souza, a amargura ao ver mais ainda os coronéis ganharem mais terras. Tomé-Açu, conhecido na época, por ser o município

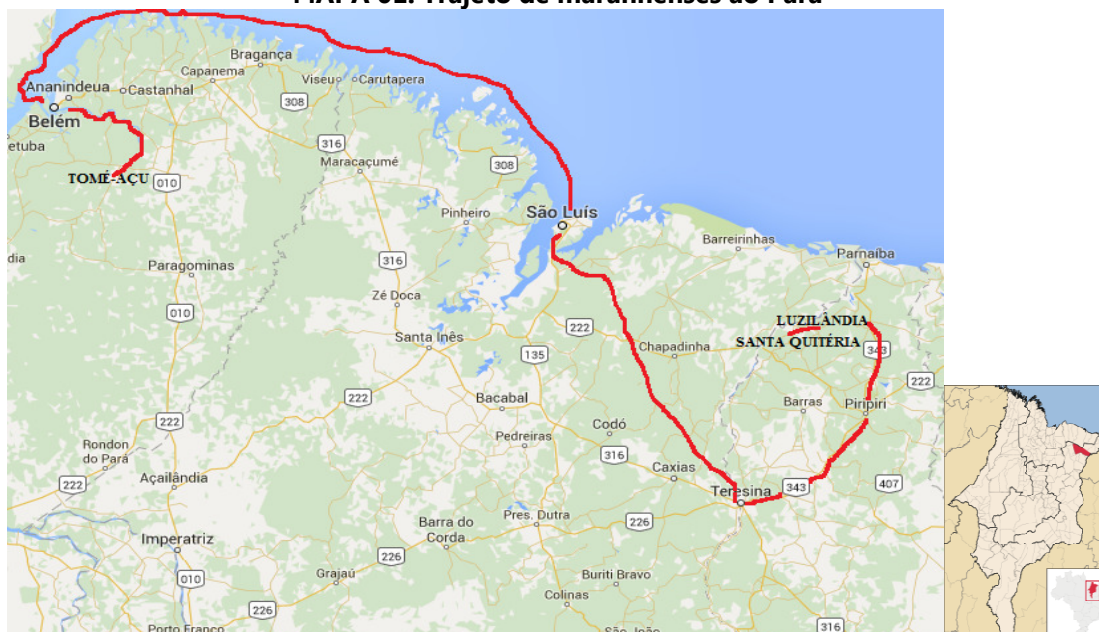
com terras sem ocupação e também pela fase econômica empolgante da pimentado-reino, já havia recebido grande quantidade de nordestinos, o que despertava interesses de outras populações em migrar para a região em busca de terras para trabalho na lavoura. Dos que já haviam migrado para a região destacam os cearenses, por serem os primeiros a chegar, muitos vindos da região de Castanhal, que em momento anterior haviam migrado para as margens da rodovia Belém-Bragança, e os maranhenses, que chegavam direto de suas regiões de origem.

Em 1960, segundo do relato de Arnésio Rodrigues de Souza, sua cidade natal, Santa Quitéria do Maranhão, tinha diversos problemas que favorecia a saída dos colonos. Clima não propenso a cultivos, poucas oportunidades de trabalho e terras nas mãos dos grandes proprietários, sendo que os camponeses não tinham praticamente onde cultivar suas roças de mandioca. A notícia de terras férteis e não ocupadas e possibilidade de melhoria de vida, junto com os problemas enfrentados no território de sua origem, motivaram Arnésio de Souza, mais três conhecidos seus, a deixarem Santa Quitéria no Maranhão e rumarem a novas terras, até então por eles desconhecidas. No caso dizia: "se me perguntassem pra onde eu estava indo, eu ia responder que não sabia, era um tal de Tomé-Açu, eu realmente não sabia onde ia chegar". Esta situação revelava, ao mesmo tempo em que um desconhecimento das novas terras, o efeito das notícias que chegavam ao Maranhão, quanto a espaços de melhores oportunidades de trabalho, assim como a possibilidade de aquisição de terras no Pará.

Diríamos que a expectativa construída em torno da possibilidade de se tornar "dono da terra" se instituía como um importante elemento motivador para o deslocamento de trabalhadores rurais para a região. Arnésio Rodrigues de Souza, Francisco Ginéz (este já falecido há anos), Bernardo Nogueira (vulgo Bébé) e Eliezer Nogueira caminharam mais de doze horas de Santa Quitéria até Luzilândia, município maranhense. Seguiram "em expresso até Teresina", capital do Piauí e

ponto de embarque para terras do Pará. “Expresso era como a gente chamava os ônibus”, dizia Arnésio de Souza.

MAPA 01: Trajeto de maranhenses ao Pará



Como apresenta o mapa, o deslocamento iniciou-se no município de Santa Quitéria, continuando o trajeto até Luzilândia, local onde esperaram pelo ônibus que os levaram até Teresina. Da capital do Piauí, o grupo de maranhenses usou o transporte ferroviário para São Luiz, capital do Maranhão. Ao chegar em São Luiz, ainda foram ao aeroporto na tentativa de ver se o dinheiro que possuíam era suficiente para pagar suas passagens até Belém do Pará.

O preço das passagens aéreas não era compatível para que todos embarcassem. A alternativa foi ir até ao terminal hidroviário da cidade, onde observaram que somente após quinze dias teria barco para a capital paraense. Não havendo alternativa, procuraram lugar para permanecer e aguardar a data de embarque. Foram até a casa de um conhecido que residia em São Luiz, onde tiveram estadia. Conseguiram uma empreita para fazer um telhado, o que os ocupou durante

os dias que permaneceram na capital do Maranhão, assim poupando o dinheiro que possuíam. Uma situação que demonstra que o percurso até ao Pará, não apenas contava com improvisos de viagem, mas do auxílio e solidariedade de conterrâneos. Embarcaram no navio às quatro da manhã de um dia em que o senhor Arnésio de Souza não conseguiu recordar a data. Destaca que era outubro de 1960, após aproximadamente uma semana conseguiram chegar a capital do Estado do Pará.

Chegando a Belém foram ao antigo porto do Sal, local onde saíam e chegavam grandes embarcações diariamente. Porto muito importante a história do Pará, levando em consideração que ainda nesse período, anos 1960 e 1970 até mesmo 1980, os rios eram o principal meio de se locomover dentro do território. Os maranhenses embarcaram no navio São José do Acará, que os levariam até Tomé-Açu. Este trajeto vai ser seguido por centenas de maranhenses que migravam ao Pará ao longo das décadas de 1970 e 1980.

A viagem por mais que tivesse sido longa, era carregada de ansiedade, de possibilidades que faziam com o que o cansaço não se mostrasse, pois segundo os próprios relatos, eles deixavam pra trás uma vida que muitas vezes era penosa. Buscavam a superação de um local marcado de expropriação e ausência de terras para o plantio, somando ainda os problemas climáticos. Estas dificuldades então seriam sanadas por uma nova terra que exportava notícia de áreas disponíveis para ocupação, pelo menos essa era a expectativa.

2. EM TERRAS DE TOMÉ-AÇU

A primeira experiência de trabalho dos maranhenses que chegavam em Tomé-Açu era o cultivo de pimentais nas propriedades dos japoneses, que anteriormente já ocupavam a região. Essa tarefa se apresentava, por muitas vezes, como a única alternativa, como o caso do maranhense Arnésio Rodrigues de Souza, que revela ter indo trabalhar em terras do japonês Joarez Kimora, como braçal nas atividades da

agricultura da pimenta-do-reino. Em outras situações, como o caso de Francisca Carneiro, os maranhenses passaram a trabalhar, em caráter provisório, em terras de seus contrerrâneos que em tempos anteriores migraram para a região. "A paisagem era nova para a gente, nunca tinha visto tantas matas, quando chegamos trabalhamos durante um bom tempo nas terras do Bébézão, era um maranhense como a gente, mas já tinha terras na região do Canindé" disse Francisca Reis Carneiro.

A chegada de migrantes maranhenses obrigou a administração municipal a demarcadas terras e distribuídas aos novos colonos, como forma de evitar possíveis conflitos com japoneses e outros colonos que estavam estabelecidos na região. Esta tarefa foi confiada ao cearense, natural de Cédros, Miguel Raimundo da Silva. O prefeito, além de pedir que terras fossem demarcadas e entregues a colonos, sobremaneira aos maranhenses, e aos que desejavam sair dos trabalhos em fazendas de japoneses, também forneceu alguns animais, como cavalos para servirem de transporte aos colonos da nova região. Segundo o senhor Prisco dos Santos, o prefeito na época, Ney Brasil era ciente de conflitos existentes entre os nordestinos e japoneses, por isso criou políticas de distribuição de terras e entrega de animais, como cavalos, privilegiando os migrantes que tinham desejos de obter terras.

A migração de maranhenses para Tomé-Açu não teve como justificativa a procura de trabalho em pimentais de japoneses, e sim com o intuito de buscar terras próprias, o que era compreensivo em razão das diversas informações que chegavam ao Maranhão, quanto á facilidade de aquisição de terras para trabalho na agricultura e pecuária. Segundo os relatos de Francisca dos Reis Carneiro, havia solidariedade entre os moradores quanto ao recebimento desses novos migrantes que chegavam à região. Conta que o terreno que hoje habita foi comprado pelo pequeno preço, em troca de trabalhos que seu marido ofertou a um maranhense, o senhor Bernardo Rodrigues de Souza, natural do povoado maranhense conhecido como Ladeira,

município de Santa Quitéria. Informa ainda que a facilidade de ocupar novas terras na região, a necessidade de trabalhador em suas terras, assim como o sentimento de auxiliar seus conterrâneos fez com que trocasse o terreno por trabalho em suas terras que a família da senhora Francisca Carneiro desenvolveu.

As ações de solidariedade praticadas pelos colonos que já habitavam a região, desde a notícia dada no Estado do Maranhão, até a ocupação dos que se arriscavam em novas terras, eram cercados de apoio dos nordestinos que já conheciam Tomé-Açu. Segundo a senhora Deuzuíte Santos Silva, viúva do cearense Miguel Raimundo Silva, a casa da mesma serviu várias vezes de moradia provisória para maranhenses que vieram em busca de terras, pois até conseguirem um espaço para erguer o que desejavam não teriam onde ficar.

O comportamento dos maranhenses na região era marcado pela busca de terra para o cultivo, não se acomodando apenas em trabalhar nas terras dos japoneses, como já observamos. O escritor e memorialista japonês Akira Nagai completa dizendo que "os maranhenses costumavam ir em busca de terras para ser independente". Assim a terra se apresentava como um instrumento não apenas para o trabalho, ou para garantia de sobrevivência. No depoimento de Akira Nagai fica evidente o valor da terra como instrumento garantidor da autonomia e da liberdade de trabalho, assim como a via para aquisição de bens e prosperidade.

O acesso a terras representa aos agricultores a possibilidade de produzir e expandir seu sustento, nesse sentido o ritmo e a forma como o sujeito usa a terra pode representar a melhoria significativa na vida do mesmo. Após a emancipação política de Tomé-Açu em 1959, o prefeito Ney Carneiro Brasil autoriza que fossem tirados os picos e demarcada a região que posteriormente passou a ser chamada de Canindé, como registramos anteriormente. A população que não tinha terras, principalmente os imigrantes que trabalhavam nas lavouras dos japoneses teriam acesso a terrenos com certa facilitação, assim contou José Josias Leite.

No início, como vem se observando, todos tiveram certas dificuldades, pois, tiveram que trabalhar em outras lavouras. A própria região e sua fauna era desconhecida, assim, por muitas vezes representando perigo aos desavisados. Mas com o tempo houve a adaptação dos moradores. Os primeiros colonos que viviam na região, ainda durante o governo municipal de Ney Carneiro Brasil receberam do prefeito um cavalo para servir de meio de transporte. Todos que inicialmente ocuparam a região do Canindé receberam equinos do prefeito. Os maranhenses que chegaram durante a década de 1970 não tiveram tal “regalia”, era necessário primeiro trabalhar para conseguir terras.

Os primeiros cultivos eram feitos no interior das matas, que era o que a região oferecia, em meio a grandes roçados que levavam semanas para serem concretizados. Os colonos desempenhavam seus desejos de possuir terras, e nelas cultivar suas atividades, ao cultivo de produtos da cultura de Tomé-Açu, como o arroz e a pimenta-do-reino. Neste caso, os colonos conseguiam as mudas de pimenta-do-reino, através de compras de japoneses, ou recebiam dos moradores que se solidarizavam.

As casas eram de taipas, barro com cobertura de telha de madeira, chamadas por eles de cavaco. A construção das casas era feita por mutirões, principalmente as moradas dos maranhenses recém-posseiros de terras. Segundo os relatos, os moradores se ajudavam nos trabalhos braçais, como construções de cercas para criação de animais, nos roçados e casas. Sobre estas experiências destacava o senhor Bernardo Caldas Costa, que auxiliou nos trabalhos de construção da roça de Janito Costa. Informava que o “primeiro roçado do Janito fui eu que ajudei a derrubar, foram dias derrubando de machado, mata fechada pra poder plantar arroz, quando era a roça dele eu ajudava, depois ele ajudava na minha”. Era “espécie de mutirão, em que eu e mais uns, todos maranhenses, a maioria já se conhecia desde os tempos que moravam no Maranhão”.

A criação de animais, como galinhas e porcos eram iniciadas quando os mesmos compravam, geralmente de colonos nordestinos ou vizinhos, ou mesmo dos japoneses. O caso das galinhas, que muitos ganhavam dos vizinhos, resumia a um casal desse tipo de aves para o início da criação, atestando que desde a chegada até a ocupação de terras houve solidariedade entre os colonos que possuíam terras na região de Tomé-Açu, para com os que haviam chegado posteriormente. Assim revelava à senhora Francisca Reis Carneiro, que recebeu um casal de aves da senhora Rosa Crispim de Souza.

Assim que a gente conseguiu comprar o terreno que era do seu Bidú, mudamos pra lá e fizemos uma casa de barro. Todos que moravam por aqui tinham galinhas, era a criação, sempre no domingo era o almoço uma galinha. O meu primeiro casal, um galo e uma galinha eu ganhei da dona Rosa, esposa do seu Bidú, fiquei muito contente.

Na década de 1970, como se observa, os colonos ocupavam-se das atividades voltadas a agricultura ou criação de animais. O cultivo da pimenta-do-reino já se fazia comum entre os habitantes, desde a preparação das áreas, o cultivo das mudas até as colheitas já eram desempenhadas pelas próprias famílias. Mesmo as mulheres tinham ocupações que necessitavam de grande esforço físico, como revela a senhora Francisca dos Reis Carneiro, em que

Trabalhei muito pra gente poder fazer nossa primeira roça de arroz. Eu serrava madeira com meu marido era de roladeira, era uma serra, nele a gente passava horas pra derrubar uma árvore, plant[a]mos arroz, feijão, milho pra dar para as galinhas e também pra fazer o cuscuz, depois conseguimos com o Bébézão umas mudas de pimenta, como a gente não sabia direito como plantar, tivemos que perguntar como fazia, mas a maioria dos vizinhos já sabia fazer o plantio, o mais difícil era tirar as estacas, também derrubava de roladeira a madeira, e depois os homens racharam a madeira pra bater as estacas né, era difícil fazer um pimental.

Já com a maioria dos maranhenses com acesso as terras, os cultivos se iniciaram de diversas formas. A vida dos moradores foi melhorando gradativamente. O arroz e o feijão eram armazenados em garrafas e as tampas vedadas com cera de abelha, assim duravam mais tempo e possibilitavam a alimentação das famílias. O

cultivo da pimenta-do-reino representava a tentativa de mudança da situação dos moradores da região. A compra de uma bicicleta, a construção de uma casa melhor, a compra de gado, incluindo as vacas para dar leite, dependia da safra da pimenta-do-reino.

O maranhense Bernardo Soares da Silva se recorda da aquisição do primeiro bovino, dizendo:

A primeira vaca, comprei com dinheiro de farinhadas, e das colheitas, era pra dar leite a mais nova de três filhos que tinha, foi uma alegria, sempre quis ter um gadinho. Desde o Maranhão tinha o desejo de ver um pasto meu com um animal dentro, no começo comprei uma vaca e um bezerro, depois comprei mais até formar uns dez. era uma alegria ter meus gados perto de casa, a vida estava melhorando.

Muito mais que o leite dos filhos ou carne, possuir um bovino para os maranhenses que ocupavam a região de Tomé-Açu era um passo para se equiparar aos criadores de sua região de origem. Sendo também um desejo de muitos, possuir uma quantidade de animais, representava também segurança em caso de alguma emergência, de uma necessidade de levantar uma quantia em dinheiro em um curto espaço de tempo. Isto revelava outra faceta da experiência de colonização maranhenses em terras do Pará.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se o intuito era adquirir terras, em uma região que possibilitasse através do trabalho braçal melhorias de vida, pode ser dito que os colonos foram capazes de transformar antigas metas e objetivos em ações que, em parte, satisfaziam seus interesses. Os migrantes maranhenses foram assim capazes de formar vilas, constituir propriedades e assegurar uma vida rural marcada por ações de companheirismo, solidariedade e construções de estratégias para assegurar os benefícios das agências públicas, em um misto de experiências cotidianas e estratégias de lidar com as ações governamentais.

Com o acesso a terras e o desempenho de atividades que gerassem renda, os colonos maranhenses foram se estabelecendo na região de Tomé-Açu. Organizaram-se de forma a constituir aspectos de uma comunidade, desde as solidarias concessões de sementes para os que não possuíam, até o compartilhamento de tarefas na lida com a terra e no trabalho agrícola, o que concretizava a permanência dos migrantes maranhenses na região.

FONTES ORAIS

CARNEIRO, Francisca Reis, 78 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 07 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

COSTA, Bernardo Caldas, 76 anos, agricultor aposentado. Entrevista concedida em 12 de junho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

COSTA, Lúcia de Fátima, 57 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 11 de junho de 2015, Forquilha.

LEITE, José Josias, 64 anos, agente de endemias. Entrevista concedida em 03 de julho de 2015, Vila Poerão.

NAGAI, Akira, 76 anos, escritor. Entrevista concedida em 10 de junho de 2015, Quatro-Bocas.

RODRIGUES, Carlos Alberto, 68 anos, Técnico agrícola aposentado. Entrevista concedida em 05 de julho de 2015, Quatro-Bocas.

SILVA, Bernardo Soares, 56 anos, agricultor. Entrevista concedida em 14 de julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

SILVA, Deuzuite Santos, 87 anos, agricultora aposentada. Entrevista concedida em 16 de julho de 2015, vila Água Azul.

SILVA, Maria da Conceição de Souza, 53 anos, agricultora. Entrevista concedida em 04 julho de 2015, Comunidade São José, Forquilha.

SILVA, Prisco dos Santos Rodrigues, 53 anos, radialista. Entrevista concedida em 10 de Julho de 2015, vila Água Azul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII**. São Paulo: EDUSC, 2001.

BRASIL, M. C. Os fluxos migratórios na Região Norte nas décadas de 70 e 80: uma análise exploratória. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 13, n. 1, jan./jul. 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia: expansão do capitalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1977.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: Sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. EMBRAPA. Belém-PA. 2007.

MESQUITA, B. A. **Expansão e transformação da pecuária bovina no Maranhão sob a ação governamental e as forças de mercado: Ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970/2000**. São Luis. 2006 tese (doutorado), co-tutelle, Université de la Sorbonne Nouvelle, PARIS 3 /UFMA.

MUNIZ, Jeronimo Oliveira. **Um ensaio sobre as causas e características de migração**. Rio de Janeiro, 2009.

NUNES, Francivaldo Alves. Modernidade, Agricultura e Migração Nordestina: Os discursos e a atuação governamental no Pará do Século XIX. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, UFOP, ano II, n. 01, março de 2007.